

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945.** Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

**“Nas camadas ínfimas da sociedade”:  
a composição do Exército brasileiro no século XIX  
e nas primeiras décadas do século XX**

***“In the minutest layers of society”: Brazilian Army’s composition  
during the 19<sup>th</sup> century and the early 20<sup>th</sup> century***

Adelson André Brüggemann<sup>1</sup>

A produção bibliográfica relativa à história militar brasileira, comparada aos demais campos de pesquisa do historiador, ainda é pequena. Nas últimas décadas, especialmente a partir de 1990, cada vez mais pesquisadores têm se debruçado sobre a documentação produzida pelo Exército e pela Marinha ao longo de, pelo menos, dois séculos. Os resultados desses estudos revelam aspectos importantes a respeito dos papéis desempenhados por essas instituições do Estado, do cotidiano dos soldados, das hierarquias existentes nos quartéis e nos navios de guerra, esclarecendo, além disso, aspectos da formação do Estado brasileiro.

Entre tais estudos está o livro *Tributo de sangue: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*, publicado pela primeira vez em 2001 na cidade de Durham, no estado norte-americano da Carolina do Norte. O livro foi vencedor dos prêmios *Brazil Section Book* (2003), da Associação de Estudos da América Latina, e *Warren Dean* (2004), da Associação Americana de História. Em 2009, foi traduzido para o português e publicado pela editora da Universidade de São Paulo. Peter M. Beattie, seu autor, é Ph.D. em História Latino-Americana, professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Michigan e diretor interino do Centro de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos. É também sócio-correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: aabrugemann@gmail.com

Pernambuco. Suas pesquisas estão voltadas para a masculinidade e o machismo na América Latina, para a conscrição no Exército brasileiro, para a formação da identidade nacional brasileira e de instituições penais no século XIX e na primeira metade do século XX.

Nesta obra, o autor analisa duas formas de trabalho compulsório para o Estado: o recrutamento forçado e a conscrição. “Conscrição” significa alistar, selecionar de uma lista, sortear. O termo referia-se originalmente à obrigação dos cidadãos romanos da República de se alistarem como adultos capacitados a serem convocados para o serviço militar. “Recrutamento forçado”, porém, descreve um ato impositivo realizado, na maior parte dos casos, pela polícia ou por agentes de recrutamento que capturavam “recrutáveis” nas ruas, geralmente homens sem propriedade, considerados vadios ou criminosos.

A conscrição por sorteio, durante o século XIX e início do século XX, foi interpretada como um indício de civilização avançada. Os defensores desse mecanismo de arregimentação de homens para as forças militares o retratavam como uma necessidade prática e uma marca de modernidade. A capacidade de funcionamento desse sistema seria, portanto, um sinal revelador de novas atitudes em relação ao serviço militar.

O livro está dividido em três partes, que totalizam dez capítulos. A primeira parte, com abordagem narrativa, examina o recrutamento, a sociedade e a política desde os tempos coloniais até o início do século XX. A segunda parte examina como e por que o recrutamento forçado funcionou na ausência de uma reforma entre 1850 e 1916. Nessa parte do livro, o autor apresenta ao leitor quem eram os soldados, como viviam, e o papel do Exército como instituição disciplinadora. Além disso, descreve como as atitudes diante do serviço militar começaram a mudar no início do século XX. Nessas duas primeiras partes, Peter M. Beattie busca compreender melhor o funcionamento do recrutamento forçado e o papel social do Exército brasileiro. A terceira parte retoma a análise narrativa dos eventos que levaram à implementação e imposição da conscrição até 1945, quando o Brasil mobilizou tropas para lutar na Segunda Guerra Mundial.

O recrutamento forçado e a conscrição no Exército brasileiro foram apresentados, nesta obra, com o auxílio de métodos relativos à história cultural e social, em uma análise que destacou as permanências e a longa duração dos objetos estudados. Sendo assim, o autor utilizou uma grande variedade de tipos documentais. Destaca-se o uso de documentos oficiais, notadamente as correspondências e os relatórios do Ministério da Guerra, de

jornais, de literatura da época e, em menor número, de fontes orais. As charges copiadas dos jornais, que correspondem ao período analisado, ilustram o livro e reforçam-lhe a argumentação.

O autor, de forma clara e didática, incentiva a leitura dos capítulos que constituem a obra ao lançar cinco hipóteses de interpretação do tema proposto. Ou seja, ele convida o leitor para participar da construção dos argumentos e da interpretação das fontes. Nessa perspectiva, a primeira hipótese de Peter M. Beattie ressalta que o Exército brasileiro desempenhava o papel de polícia, administrava prisões e colônias penais, cuidava de uma das maiores redes nacionais de orfanatos para meninos, além de recrutar criminosos e vadios. A segunda hipótese é de que o sorteio transformou o serviço militar de uma instituição punitiva para uma instituição preventiva de reforma social. A terceira hipótese dá conta de que a associação do serviço militar com a marginalidade e criminalidade desestimulava os pobres a cooperarem com as leis de conscrição. A quarta hipótese aventada pelo autor é de que a conscrição fornece meios de ir além das ideologias de honra, raça e nação para considerar como os Estados nacionais executavam políticas institucionais concretas que visavam regenerar seus países por meio da juventude masculina. Por fim, sugere a hipótese de que o recrutamento forçado e a conscrição são campos distintos dentro do estudo de sistemas de trabalho compulsório e tributário.

Para uma parcela da população brasileira, a vida no Exército representava uma melhoria em suas condições. Voluntários alistavam-se para escapar da fome, do desemprego, da falta de moradia e, às vezes, da escravidão. Ou seja, o Exército oferecia vias estreitas de mobilidade social e, ao menos, algum abrigo temporário. Por outro lado, o Exército também representava punição. O papel do Exército como carcereiro e força policial constituía uma parte mais consistente de seu trabalho do que o dever de defender o Brasil de invasões inimigas e de treinar homens para guerras convencionais. O recrutamento forçado funcionava como uma válvula de escape para prisões superlotadas, ao incorporar infratores e os criminalmente ociosos ao Exército.

Com a Guerra do Paraguai (1864-1870), as dificuldades de mobilização do Exército estimularam o Estado a reformar o recrutamento, adotando um sistema de conscrição limitada, legalizado em 1874. A Guerra do Paraguai se torna, nesta obra, um marco divisor nas políticas de recrutamento do Exército brasileiro. Entretanto, foi somente em 1916, em meio às incertezas da Primeira Guerra Mundial, que o Estado conseguiu conduzir um sorteio militar.

Peter M. Beattie também analisa os aspectos políticos relacionados ao recrutamento forçado. Essa era uma questão controversa, ligada ao poder político local e nacional, mas a mobilização durante a Guerra do Paraguai levou a disputa entre liberais e conservadores a novos contornos. Em parte, a estrutura partidária no pós-guerra foi moldada em consequência da polêmica em torno do recrutamento forçado e da conscrição, que ofereceu um ponto privilegiado para examinar os conflitos mais amplos entre grupos de interesse e entre ideias concorrentes de raça, virilidade e de nação em armas. Os liberais eram favoráveis a uma força armada unicamente voluntária. O governo conservador e muitos oficiais do Exército defendiam a conscrição limitada. Nos debates políticos, os quartéis eram retratados como escolas de delinquência e o recrutamento como “tributo de sangue”.

A discussão sobre a conscrição envolveu várias questões: escravidão, trabalho livre, relação entre Igreja e Estado, penologia, fraude eleitoral e direitos de família, dentre outras. Os governos liberais e conservadores serviram-se do recrutamento forçado como arma eleitoral. A Lei de Recrutamento de 1874 despontou em meio a um furor de reformismo do pós-guerra. Essa lei, que deveria abolir o recrutamento forçado, prometia trazer respeito ao Exército. As tentativas ineficazes do governo em implantar a Lei de Recrutamento contribuíram para uma variedade de injustiças que desestabilizaram as relações entre civis e militares. Contudo, mais do que qualquer outra instituição nacional, o Exército incorporava homens de diferentes classes sociais e etnias, o que aumentava, de uma forma ou de outra, sua ligação com a nação.

A controvérsia sobre a conscrição também fornece uma ótica privilegiada para a análise da transição do Império para a República. A Constituição de 1891 proibiu o recrutamento forçado, incorporando a Lei de Recrutamento de 1874. O vacilante governo militar promoveu a conscrição à medida que reorganizava a frágil defesa da República. A convocação por sorteio não apenas alterou a carreira e o *status* do soldado raso como também mudou aspectos importantes do papel do Exército na sociedade. O Exército teve que reduzir o número de homens com antecedentes criminais nos quartéis e expulsar quem cometesse crimes. À medida que o Exército abandonava as funções de polícia, também buscava eximir-se da administração de condenados civis. Ao deixar seu papel de principal instituição penal no Brasil no século XX e ao melhorar as condições e termos de serviço, o Exército começou a quebrar importantes barreiras que impediam um apoio mais amplo à conscrição, isto é, teve de mudar significativamente a imagem pública do ofício de soldado. No entanto, a

Revolta da Chibata (1910) demonstrou que punições degradantes persistiam nas Forças Armadas.

O autor conclui que as tentativas de implantar a conscrição por sorteio revelam uma disputa pela definição das fronteiras entre os poderes privado e público, expressa nos termos de “casa” e “rua”, conforme definido por Roberto da Matta, na obra *Casa e rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Essas duas categorias não designam apenas espaços geográficos ou coisas mensuráveis; elas lidam com entidades morais, esferas de ação social e domínios culturais institucionalizados, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações etc. Sendo assim, a moral e os bons costumes, por exemplo, correspondiam ao espaço da casa. Esta representava o espaço íntimo e privativo da sociedade brasileira. A rua, pelo contrário, simbolizava um espaço em que predominava a insegurança, no qual o poder das autoridades desprezava parcelas consideráveis da população. As ruas estavam associadas aos capoeiras, aos vagabundos e aos maus costumes; nelas viviam homens considerados malandros, desonestos e marginais. Para executar a conscrição, as autoridades precisavam afastar os quartéis do perigoso mundo das ruas. O lar familiar heterossexual representava, em um extremo, os valores da sociedade. Os quartéis, diferentemente, situavam-se no extremo oposto. É importante lembrar que, à medida que o Brasil lentamente completara a transição do trabalho escravo para o livre, entre 1850 e 1888, o serviço militar fora identificado com a marginalidade e o cativo.

Novas estratégias de publicidade e melhorias burocráticas lentamente iriam aumentar a adesão à conscrição, e os quartéis pareciam estar se deslocando do mundo das ruas para o das casas. Os oficiais do Exército começaram a descrever suas relações de obediência e hierarquia com os praças em termos de família e amor. O sorteio deu aos oficiais liberdade para reconstruírem os quartéis na forma de uma casa que abrigaria a família extensa e respeitável da nação. Desse modo, a conscrição levou o Exército a uma posição que transformou sua relação com a sociedade civil.